

Gramática de campanha eleitoral - os desafios de 2022



Por **LUIZ ROBERTO ALVES***

O que poderia ser diverso em 2022 das campanhas nacionais republicanas no país liberal?

Se os partidos e as candidaturas tiverem memória e dignidade política, muita coisa poderá ser diferente em 2022. Os referenciais para a mudança são vários, a saber: somente uma linguagem inovadora representará o Brasil no interior do destino mundial, seja pelo drama ecológico, seja pela cibercultura e pelas artimanhas do novo-do-novo global-capitalista; o povo brasileiro acaba de sofrer arranhões genocidas e outros crimes na Pandemia e merece ver nascer novo discurso político; as novas gerações estão a perder o mínimo de esperança nas gerações adultas a cavalo do poder de escrever, falar e publicar o que bem entendem sobre um modo de fazer política que se repete desde 1930 e jamais passou por uma revolução política e linguística ao menos “modernista”, como se deu nos demais processos culturais; as pessoas que chafurdam entre os ossos dos lixões e aqueles cidadãos e cidadãs que as ajudam devem ouvir sobre um Brasil que supere plenamente, em poucos anos, o lixo político, discursivo e organizacional que hoje avulta nos vários espaços do Estado brasileiro.

Até agora, todos os esforços empenhados para a renovação e a inovação política foram revertidos pelos mitos de interesse de pequenos núcleos, os quais projetaram sua vontade e seu projeto para toda a nação, ao preço do sacrifício dos vulneráveis, seja a ação que move o xadrez do Estado Novo, as dinâmicas culturais sufocadas pela Ditadura, a educação pública violentada pelo privatismo e pela corrupção no erário comum, a cidadania constitucional ultrajada pelo turbo-capitalismo a partir de 1990 e as cartilhas do fascismo contemporâneo, não somente representadas pelo corpo doentio do presidente como do primeiro, do segundo e do terceiro escalões de asseclas, também presentes nos centros do legislativo e do judiciário.

As linguagens - língua e fala, escritura e oralidade - são as representações de todos esses fatos, desejos e horrores históricos. Enunciam e revelam suas significações no tempo e no espaço, bastando para isso que se faça alguma análise e se tenha uma memória razoável e mediana. Lições do antropólogo Lévi-Strauss e do linguista Roman Jakobson levam a uma gramática, um feixe de linguagens que não especula, mas sim aquilata significações já dadas, tanto na história individual de candidatos ao poder quanto de núcleos aliados de poder. Nenhum marqueteiro molda estruturas linguísticas fundamentais e variáveis no uso, organizadoras do pensamento. No máximo, tenta canalizar aquelas possíveis do melhor modo rumo a algum sucesso eleitoral.

Ainda distantes do pleito eleitoral, o que temos até agora é a mesmice dos troncos da má política que fez da República um arremedo de sociedade democrática e, nem de longe, foi cidadã. Prova disso é o discurso leviano do “republicanismo” de muitas coisas que não sinalizam a república ou a cidadania. Daí a capacidade de dizer que o ensino de 13 anos na educação básica ou o “novo ensino médio” é republicano, que o Enem é cidadão pelo fato de selecionar candidatos, que os auxílios de

a terra é redonda

trocados aos pobres e miseráveis também é cidadão e republicano e que precisa continuar; ou que os discursos de Lula a respeito de Cuba, Venezuela e Nicarágua compõem uma estrutura autoritária, como adoram publicizar os editoriais dos jornalões brasileiros. Ora, do lado dos primeiros exemplos, qualquer enunciado nessas direções teria de ser fundado na pesquisa, no alcance, na continuidade e nas mudanças sociais aferidas cientificamente, a fim de se atingir o republicanismo que não é o que temos tido. Nunca a manutenção, o socorro temporário ou o verniz de mudança em educação, segurança alimentar, habitação, transporte, dignidade humana, mas sim a alteração social de valores que coloque as pessoas noutra patamar de existência e vida. Fora disso é blá-blá-blá.

Hoje, ao ler e ouvir discursos de Moro, Pacheco e Dória, fica claro que pertencem ao campo de significações do republicanismo descartável historicamente. Explique-se: não há neles nada que não seja, diria Greta, blá-blá-blá. Diante dessas falas (e outras), espera-se que as populações votantes atentem para uma cartilha liberal velhíssima, aplicada a novos tempos. Noutras palavras: esses homens estão tangidos, como bois, por serem rigidamente neoliberais, a falar que farão reformas, que melhorarão a empregabilidade, que diminuirão a miséria e levarão o povo a comer várias vezes ao dia, aliviarão as prisões, apoiarão o sistema agrícola na produção de alimentos, reorganizarão o parque industrial pelo hidrogênio verde, levarão mais água ao sertão, acabarão com os incêndios criminosos e o garimpo nas florestas, farão regulamentos rígidos das redes e da garimpagem de dados, ampliarão o disque denúncia, garantirão banda larga nas escolas públicas, farão significativos investimentos nas universidades, farão funcionar o Fundeb, pagarão precatórios, abrigarão crianças vulneráveis, criarão novas relações tributárias entre regiões do país etc. Parece bonito, não? Ora, tais enunciações não têm qualquer importância, pois carecem de enunciado factível, provável e viável. Ninguém pode, para ser honesto diante dos eleitores e pretender ser estadista contemporâneo, lançar mão dessa cartilha rançosa e banal, posta no gogó de palanque, sem voltar à história, sistematizar dados pesquisados, levantar hipóteses, tomar decisão entre elas, enunciar estratégias auditáveis e indicar fontes seguras. Primordialmente, enunciar as mudanças legislativas e jurídicas necessárias para a consecução da provável política. Cabe esclarecer que nenhuma política pública pode ser enunciada por candidato, exceto se o seu grupo partidário já concretizou todas as etapas do plano político citado e auscultou setores da população a respeito da viabilidade e do enriquecimento de conceitos e práticas. O limite do candidato sem base partidária operante e contínua na vida cotidiana do povo reside em seguir todos os detalhes propostos (e mais, segundo sua criatividade) como plano de governança (não como mera enunciação política!), ainda que de forma teórica, mas com fundamentação na vida cotidiana, nos índices já estudados, nos valores sociais e econômicos pesquisados e tangíveis. Ainda assim, terá de provar que todas as possíveis mudanças propostas de fato são compatíveis com o sistema capitalista entranhado na ordem política internacional/mundial. E a prova exige muita leitura, ao menos debates e seminários, incluindo-se aí (entre outros e outras) Florestan Fernandes, Max Weber, Emília Viotti, Celso Furtado, Ruth Cardoso e Octavio Ianni. Se forem trabalhar com o Olavo de Carvalho, faça-se uma precisa comparação com estudiosos/as. Não vale um “drive through” de cartilha.

No que toca às falas e textos ácidos dos *blogs* e jornais sobre discursos de próceres do PT a respeito de países latino-americanos, especialmente o ex-presidente Lula, o que espanta são os tabus assumidos pelas pessoas e jornais detentores do velho pensamento liberal. Por exemplo, os editoriais maneiristas da Folha de São Paulo (que conheceu a ditadura branda) e os éditos inquisitoriais do Estadão. Para uns, trata-se de carregar o fardo eleitoral 2022 no apoio às esquerdas autoritárias; para outros, a marca indelével do partido e seus dirigentes na composição do eixo sul do mal. Até parece que o que chamam lulopetismo se encerra na fala de duas ou três pessoas. Pobres anônimos, que de fato constroem votos nas urnas! A rigor, falta aos editorialistas e colunistas privilegiados a competência analítica, ou base científica para criar maior complexidade em seus discursos, quase sempre mirrados e raquítico, representações das antigas cartilhas liberais. Aliás, é sintomático que os editoriais, especialmente, sejam os únicos espaços dos jornais nos quais seja impossível ver algum brilho, alguma criação ou instigação, fenômenos encontrados noutras partes dos jornais.

Por que não supor, *Gratia argumentandi*, que não haja nada de mal nos países do suposto “eixo sul do mal” que não ocorra nos Estados Unidos ou na Suécia por grupos de poder e influência, ou mesmo por parte do poder central e, no entanto, os EUA e a Suécia são democracias plena e o governo de Ortega, Maduro e rastros dos Castro são “o mal” encarnado? Quem disse que a melhor análise (um pouco mais longa e sistemática) não é possível, e a partir dela muitas outras, adensadas e complexas? Portanto, os ângulos das análises é que são, infelizmente, ilusórios, simulados, bipolares ou estrábicos. Sem fontes trabalhadas criticamente. Tais textos jornalísticos são dignos do que deve ser uma inteligência editorial, que teria a obrigação de ler algo de Edgar Morin e ampliar análises do sistema-mundo a cada reflexão sobre o jogo político

a terra é redonda

internacional. Ao lado de tanta gente brilhante, por que os editoriais são assim chulos? Trata-se de uma gramática política mal aprendida/aprendida, deixada de lado pela proeminência do surrado liberalismo capitalista, também forjador dos egos do mando e do poder.

Por que o horror diante de uma comparação talvez simples demais entre o tempo de Merkel no poder e o tempo de um mandatário latino-americano? A estrutura comparativa é legítima, a despeito de pouco aceita no quadro internacional que privilegia atitudes europeias e as coloca no panteão olímpico do mundo, ao contrário da débil América do lado sul. Trata-se de prestígio sociopolítico, que sufoca a análise mais profunda.

Tais editorialistas foram e são incapazes de fazer o mínimo em suas análises, isto é, colocar na sistematização de dados o peso psicossocial da colonização europeia sobre o mundo, vertente indispensável para qualquer reflexão digna de caráter internacional. Ainda que, no movimento da análise, se levantem os erros de nossas nações latino-americanas, que são muitos. Se naturalizado nicaraguense neste momento histórico, este colunista não votaria em Ortega. Tal governante teria de ser muito bem analisado. Idem Maduro etc.

De fato, o que se lê na entrevista a *El Pais* em 20 de novembro deste ano é um Lula ágil e relativista, que não compara regimes e ações de regime, mas tempos e espaços de ação política. Não há, ali, qualquer despreço a Merkel, mas inexistente uma intervenção de valor nas práticas de Ortega, por exemplo. O discurso também é antigo: a autodeterminação dos povos. Ou o contrário, mas neste caso quem realmente interfere no interior da terra dos outros e impõe prepostos são os grandes donos da força militar. Como se deu no Brasil durante a ditadura e nos muitos lugares amplamente conhecidos. Além disso, na entrevista sua posição foi contra Maduro, Ortega e Morales irem ao voto popular mais uma vez. Deveriam demonstrar que seus partidos são ricos de outras inteligências. Se é que são.

E tais editoriais pioram, para retornar ao caso que iniciou os últimos parágrafos, quando localizam nesses eixos do mal a presença de um petista algo desterrado, José Dirceu. Falta que busquem Palocci, apenado ou livre. Novamente a atitude anticientífica na análise. Todos os partidos portam enormes contradições (querem citações?), esqueletos em armários, erros não postos à luz. Porque todos os partidos são corruptelas do modo de construir agremiações no liberalismo ao modo brasileiro. Pouco diferentes de cooperativas sem cooperados livres ou equipes de futebol e seus cartolas. Forjados na República de pés-de-barro, licenciosa, copiadora, mentirosa. Evidentemente, com a finalidade precípua de constituir a sociedade democrática - que não temos - deveriam colocar tudo à luz e ainda terão de fazê-lo. Os partidos políticos do Brasil são, todos, simplórios, porque fazem análises bonitas de conjuntura e são incapazes de fazer boas análises de sua história, seus esqueletos e seus caminhos, gatilhos do devir. Pior, cada qual acusa o outro de não ter feito análises de si mesmos, o que é um valhacouto (palavra antiga!) que serve para ninguém se pensar, fazer inflexões. E segue o carnaval partidário. Pena. Partido é organização tão importante!

Há muita gente dentro do PT que não aceita qualquer retorno desses próceres citados a um suposto poder, e com muita razão. Ou a entrada do Alkmin. No entanto, falta análise, falta clareza, transparência. E assim vão os partidos rumo ao processo eleitoral de 2022 cheios do ego de mando e de disputa. Melhor seria, enfim, que os editoriais tratassem desses problemas complexos, sem concentração leviana nos objetos de seus tabus urdidos no liberalismo.

A gramática política rumo às eleições não carece de discutir Bolsonaro, de cuja boca (segundo sua história) nada digno é possível. É o país como totalidade política, econômica, cultural e ecológica que o revela. Lastimável que se gastem rios de tinta e energia com ele. Todos nós já pecamos por isso. Chega.

Tratemos do que pode vir a ser o horror eleitoral dos contendores que, garantidos legalmente pelo direito à disputa, começam a emitir os primeiros discursos.

As falas recentes de Gleisi Hoffmann e de Sérgio Moro sinalizam a péssima história política. Entre os saques à Petrobrás e os grandes males sobre o complexo industrial brasileiro, que teriam sido perpetrados por Moro e pelo PT, pouca verdade remanesce. O que se pretende? Firmar posições? Garantir que este será o nível discursivo em 2022? É evidente que nuvens e fumaças - inclusive jurídicas - mediam as duas falas e que não irão desanuviar até outubro de 2022. Quem merece o mero subjetivismo jogado como verdade nas costas do povo? Ora, uma coisa será exigir explicações em debates públicos com regras transparentes e outra é pinchar um caminhão de melancia sobre quem não pode digerir toda a carga. Ainda pior é que tais exercícios de gogó jogam fumaça sobre o que interessa, isto é, a indispensável enunciação de políticas viáveis. Será que qualquer discurso serve, desde que fira e maltrate? No fundo, os discursos de Hoffman e Moro são

a terra é redonda

repelentes e eliminatórios. Terminam no enfadonho zero a zero. Linguagem jogada fora. Melhor seria aprofundar a análise sobre a qualidade da terceira via, do *tertius*, que se busca construir. Como dado analítico, o *tertius* é indispensável, porque é o preenchimento na suposição do vazio entre contendores. Como fenômeno da realidade, a terceira via brasileira se anuncia como plural, mas encobre o fato central de que Lula não contende somente com o capitão e, sim, como antes, com os diversos tipos de elite do cipoal empedernido, que é o neoliberalismo ao modo dos anos de 1990. No entanto, quando as falas candidatas tecerem alguma complexidade, pouco antes da metade do ano de 2022, somente terão razão e sentido os posicionamentos originais, fundamentados, como pensou Drummond, no *sentimento de mundo* deste Brasil decadente pela desgraça vigente no Planalto, portanto extenuado e fraudado pelo neoliberalismo e premente da ecologia popular no lugar da economia dos letrados em posto de mando. Este belo país sofredor está a exigir a irrupção da sua bela diversidade, natural e cultural (como pensaram cientistas da natureza e das humanidades), para ser a terra dos sonhos de quem morreu e a consecução de vida das novas gerações. No entanto, se por desgraça vingar a desinteligência do passado republicano, tudo será mixórdia, grito e berro de palanque à espera de dois estropiados de segundo turno em busca do passeio iniciatório no Rolls-Royce Silver Wright modelo 1952, cuja carcaça do pós-guerra talvez ecoe um dos momentos menos republicanos do país, o caos precedente à entrada de Getúlio na História. Justo seria usar um carrinho elétrico na direção ao Planalto, não por hipocrisia, mas por ecologia. Quando o sujeito da ação é honesto, a hipocrisia fica por conta do discurso do outro.

O que caracteriza as campanhas eleitorais brasileiras é a maldade e a leviandade. Torna-se óbvio que de quando em quando o mal vai a seu extremo, como a tomada do poder por Bolsonaro e suas tropas diversas, à sombra de Ustra.

No entanto, o reconhecimento mínimo dos direitos dos brasileiros e das brasileiras, a partir das considerações que dão início a este texto, poderia construir uma campanha bastante digna. Aqui, algumas considerações sobre o horror político voltam a ser necessárias. A primeira é de que o ato de imaginar campanha eleitoral polida e científica não é coisa de vencedores da política; a vitória é um lugar de machos que mostram seus atributos ao bater na mesa. Fora disso é coisa de polianas. Entende-se, pois, todo o cipoal de enganos e enganações no processo de garantir plenos direitos às mulheres, aos negros, aos indígenas e a todas as pessoas identificadas no conjunto LGBTQ+. A segunda garante que em campanha eleitoral não se prova nada, nem se organiza política pública e sim se lançam dados, projetos e ideias. O terceiro ponto corresponde à constituição de um comportamento eleitoral que seja cem por cento o contrário do universo fétido de Lira e seus comandados, que comprem votos com tratores, pontes, arruamentos e demais equipamentos que não passaram por políticas públicas necessariamente complexas, programáticas e estratégicas, estudadas, ecológicas, indispensáveis e transparentes.

O primeiro horror é irresponsável, pois somente atesta a costura republicana que nos levou a Jânio, ditaduras, capitãese violências. O segundo lance implica a recusa ou a incompetência em mudar, o que de fato significa negar direitos à população diminuída e ofendida em sua história eleitoral. Além disso, reforça a sanha “republicana” de não mudar e, ao contrário, perpetuar-se no poder. Nesse caso, com algumas diferenças de atitude, há quase unanimidade no Congresso Nacional. Machado de Assis e Lima Barreto entenderam completamente esse tipo de aficionados pelo poder. Mas a imensa maioria dos legisladores não os leu. Se sim, quis entender de outra maneira ou se recusou a pensar no que leu. Por isso fazem o que fazem.

No entanto, *tudo vale a pena/se a alma não é pequena* (Mar Português)

Quais seriam os sinais de um discurso político à altura de um povo majoritariamente carente de uma ecologia política revolucionária?

1. Que a enunciação saída da boca dos candidatos/as evidencie um enunciado compreensível para as maiorias, com tomadas de decisão fundamentadas, expectativas de resultados e, para tal, estratégias pragmáticas e auditáveis, quer por técnicos, quer pela população em referendos.
2. Que os partidos sejam claramente citados nos discursos e se revele o que ele tem feito no meio da população, como analisa a si mesmo, seus defeitos e eventuais virtudes reveladas na história, quanto recebeu de verba oficial e como está a gastar. É proibida a mentira de palanque.
3. Que partidos e candidatos se posicionem claramente sobre todos os significados políticos, culturais e econômicos da pandemia e quais caminhos de reorganização da sociedade são exigidos, com apoio das pesquisas científicas dos diferentes campos de conhecimento.

4. Que toda a propaganda/publicidade apresente fontes claramente expressas.
5. Que os questionamentos dos debates incluam pesquisadores e populares, escolhidos por metodologias que não suscitem “cancelamentos”. Se realizados por jornalistas, que sejam os mais preparados para a condensação das respostas na direção da viabilidade pesquisada e provada por fontes competentes. Especialmente, esconjurar *respostinhas de dois minutos*, que servem para boi dormir mancomunadas ao blá-blá.
6. Que ouvintes e expectadores, talvez pela primeira vez, percebam que não são enganados, que se preparam para o voto consciente; enfim, que o pleito eleitoral é mais que eleição e sim uma construção cultural que educa. No Brasil, interessam muito mais os processos...
7. Que candidatos e candidatas provem por A+B que este país diverso chamado Brasil, no qual a diversidade forja a desigualdade por razões socioeconômicas, o cipoal do turbo capitalismo neoliberal concentrador encalacra mudanças desejáveis, as armações (chamadas redes sociais) exigem submissão dos usuários(sem saídas) às *big techs* e no qual as fábricas de privilegiados e os cemitérios de pobres funcionam noite e dia, neste país, pergunta-se, é possível continuar a professar liberalismos, os quais estiveram na raiz dos males seculares? Ressalte-se que não ajudará em nada citar países do norte, pois não são modelos viáveis na relação tempo-espacial, muito menos apresentar quebra-galhos e remendos “republicanos”. O que o povo brasileiro de maiorias sacrificadas merece é que candidatos/as assumam uma posição política que mude transversalmente o país. Como está, jamais haverá mudanças fábricas e dos cemitérios citados. O tempo, em si, não muda valores e políticas. As mudanças ocorrem pela ação profunda no tempo e no espaço. Finalmente, chamar suas propostas de produto do liberalismo social ou liberalismo justo será sinal de pouca inteligência política.

A boa gramática se constrói no discurso de representação. Quanto mais honesta e verdadeira, mais real e, portanto, mais fiel à significação da linguagem na construção da vida.

***Luiz Roberto Alves** é professor sênior da Escola de Comunicações e Artes da USP.